

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA? A RELEVÂNCIA DO DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Erlânio Erycllys Neco de Souza ¹
Maria Daiane da Silva Sousa ²
Maria Elizabete Roque da Silva ³
Cícera Simone Santos de Farias ⁴
Cícero Joaquim dos Santos ⁵

RESUMO

O presente artigo resulta de nossas análises e reflexões acerca de relatórios sobre o ambiente nacional educacional no Brasil. Este trabalho tem como objetivo trazer à tona a reflexão sobre a relevância de pensarmos o debate sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. A metodologia consistiu em uma pesquisa de cunho bibliográfico, no qual utilizamos como principais fontes dois relatórios, a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil” do ano de 2016 e “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?” De 2015, utilizando como referencial teórico os estudos de gênero de Joan Scott e de Guacira Lopes Louro. Levamos em consideração os pontos positivos de trazer à tona a reflexão acerca desta temática, e também os pontos negativos no caso de censura ou da negação em abrir espaço para estes debates. Buscamos problematizar através dos dados empíricos fornecidos a urgência da abordagem sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, pois verificamos que este é um ambiente hostil e que reproduz intolerância para com aqueles que não se enquadram na norma de gênero imposto. Observamos também que o debate em torno destas questões assume elementos de grande relevância, pois independente da identidade sexual ou de gênero, todos estamos passíveis de preconceitos e discriminações.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Escola, Diversidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A LDB em seu Art. 1º afirma e define que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem em diversos espaços, sendo um destes as instituições de ensino. Já em seu Art. 2º a lei profere que a educação tem como sua principal finalidade o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, um desenvolvimento total que vá além do saber científico e que promova uma política de formação do educando enquanto cidadão e preparação para a prática social.

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, erlanioerycllys@gmail.com;

² Graduanda do Curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, daianesousa015@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, elizabeteurca@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, cicerasimonesanto@gmail.com;

⁵ Cícero Joaquim dos Santos: Doutor em História pela UFC, Professor do Departamento de História da URCA e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria/URCA). joaquim.santos@urca.br.

Nessa perspectiva, podemos dizer que além da preparação para o mundo do trabalho a LDB possui como um de seus eixos norteadores a educação para a cidadania, ou seja, a preparação do aluno para o exercício de seus direitos e deveres civis, sociais e políticos. Dessa forma, além do seio familiar, cabe também às instituições o estímulo à um debate em torno de diversos aspectos, principalmente voltados para uma compreensão e reflexão da realidade social, da vida pessoal, da vida coletiva, da pluralidade sociocultural, em fim um debate voltado para a formação cidadã. Porque então as instituições, os profissionais, os pais ainda resistem em abrir espaço para debates urgentes e necessários, como é o caso do racismo, da xenofobia, da sexualidade, da homofobia, da diversidade cultural e religiosa? Visto que todas essas temáticas abordam assuntos que se não trabalhados acabam se tornando empecilhos para uma educação de qualidade e o exercício pleno do ser cidadão.

Pensar na escola como um espaço de relações interpessoais é pensar um ambiente em que se reproduz, mas também que se constrói determinados padrões sociais de comportamento, visto que os alunos ao chegarem na escola trazem de sua convivência familiar uma “bagagem” de conhecimentos prévios, de atitudes e comportamentos. É principalmente no ambiente escolar em que os mesmos passam a ter um convívio com um meio no qual se cruzam diversas culturas, etnias, valores, crenças, identidades, etc. A escola por ser um espaço multicultural é suscetível a diversos conflitos e caso as instituições não possuam profissionais com preparo para lidar com essas situações e tornar o convívio escolar menos conflituoso, o resultado é um crescente número de evasão escolar, mau desempenho, baixa autoestima ou até mesmo problemas de saúde mental como ansiedade e depressão.

A sociedade desde cedo normatiza e nos impõe a adotar padrões de comportamento, de preferências e de atitudes em virtude dos papéis de gêneros que nos são atribuídos com base no sexo biológico, ou seja, desde o nascimento os papéis sociais de cada sexo teoricamente já estariam pré-definidos, desde a sua expressão de gênero (masculino x feminino) a sua orientação sexual (heterossexual). Vale ressaltar que existe uma diferença entre a identidade sexual e a identidade de gênero de um indivíduo. Dessa forma, podemos afirmar que:

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 1997, p. 26)

Contudo, apesar de parecerem indissociáveis, devido ao nosso modo de pensar engessado e baseado na dicotomia homem/mulher, masculino/feminino, uma difere da outra. LOURO (1997) aponta que “é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente”. Dessa forma cada identidade é distinta e de caráter não fixo, ou seja, significa dizer que as identidades não nascem prontas e determinadas, mas que vão se constituindo ao longo do desenvolvimento do indivíduo/a.

Com base em uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no ano de 2016 sobre os estudantes LBGT's e o ambiente escolar, foi verificado que 72,6% dos alunos foram agredidos verbalmente e 35,8% foram agredidos fisicamente devido as suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Evidencia-se então que a escola é um ambiente hostil e homofóbico, e que na maioria das vezes as agressões ocorrem pelo corpo discente, mas também, mesmo que na maioria das vezes de forma inconsciente ou silenciosa pode ocorrer também por meio do corpo docente.

A escola então como um espaço de socialização, que abrange uma diversidade de alunos em um contínuo processo de construção de sua identidade, pode se tornar um ambiente conflituoso, excludente e desigual, pois é um meio no qual se reproduz comportamentos normativos, mas que também se pode produzir novas formas de pensar, desconstruir preconceitos, combater a intolerância e a discriminação.

Ao longo do artigo, buscamos articular dados, argumentos e propostas e principalmente trazer à tona uma reflexão sobre a necessidade de debates voltados para a questão de gênero e sexualidade, pois conforme os dados coletados pela pesquisa realizada pela ABGLT é perceptível a urgência de uma discussão nesse sentido.

METODOLOGIA

No contexto de nossa sociedade contemporânea e pluralista, a escola mais que nunca abrange uma diversidade inquestionável de alunos, (pois ela) é um espaço onde cruzam-se identidades, valores, culturas, crenças, etnias, sexualidades, etc. Pensando nessa pluralidade tomou-se como referencial teórico os estudos de gênero da historiadora norte-americana Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* e a obra de *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista* de Guacira Lopes Louro, com o intuito de problematizar e refletir sobre a diversidade sexual e de gênero no contexto escolar e de que

forma esta temática é ou não abordada, e os impactos causados pelo silenciamento perante essas questões tão urgentes e relevantes.

Inicialmente foi realizado um levantamento de dados, relatórios e publicações de maior proximidade e relevância relacionadas ao assunto em questão. Foram então selecionadas a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil” do ano de 2016 e realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, e a pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam? ” Coordenada pela socióloga Miriam Abramovay com o apoio da Flacso-Brasil (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) e do MEC (Ministério da Educação) no ano de 2015. Optou-se então pela pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.183).

Após a análise dos materiais, evidenciou-se com base em dados empíricos, principalmente através da fala dos alunos, que a escola é um ambiente que demarca espaços, reproduz preconceitos, discriminações e que reflete o mundo exterior. Dessa forma buscamos articular e trabalhar os dados fornecidos pelas pesquisas utilizando o conceito de gênero como um mecanismo para se pensar as relações entre homens e mulheres, o masculino e o feminino, e como estes vão sendo significados e constituídos ao longo do desenvolvimento dos alunos. Pensar também de que forma isso pode impactar no processo de aprendizagem e principalmente de permanência na escola, e perceber que as identidades cristalizadas tanto de gênero quanto sexuais definem um perfil pré-estabelecido de ser e estar no mundo, onde os que não se adequam a norma são postos a margem.

Devido a amplitude dos relatórios utilizados como base para a reflexão e problematização acerca do tema, foi realizado um recorte com base nas informações consideradas mais relevantes com relação a proposta do trabalho em questão, principalmente as falas dos alunos.

REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Com a onda do feminismo, principalmente a partir de 1960 o movimento feminista percebeu a necessidade de trazer à tona uma “história das mulheres”, ou seja, da necessidade de atestar a participação das mulheres na história e inseri-las na mesma, pois até então as mulheres eram vistas como expectadoras e ignoradas enquanto agentes históricas. No início dos anos 80 passou-se a utilizar o conceito de gênero, que até então concorria com essa perspectiva de uma “história da mulher”, pois algumas estudiosas estavam preocupadas pelo fato de que o termo utilizado trazia a ideia de um estudo insuficiente isolado, partindo desse pensamento Nathalie Davis (1975, p.90) diz que:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico (Apud SCOTT, 1995, p.3).

Nesse sentido, pode-se dizer que é praticamente impossível o estudo isolado tanto do homem quanto da mulher, isso implica dizer que o estudo de gênero teria um caráter relacional, isto é, por meio das relações entre ambos os sexos, SCOTT (1995, p.76) diz que No seu uso descritivo, o termo "gênero" é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. ou seja, que os estudos diziam respeito aos temas como as mulheres, as famílias, as crianças, o sexo, etc.

Scott fala justamente sobre a necessidade de ir além desses usos descritivos de gênero, ou seja, é necessário historicizar e problematizar a forma como homens e mulheres vem ocupando os espaços ao longo do tempo, e refletir de que maneira esses sujeitos (homem/mulher, masculino/feminino) e espaços (público/privado) vão se constituindo social e culturalmente dentro de uma lógica de hierarquização e de relações de poder, SCOTT define gênero então como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder.

Discutir gênero atualmente tem sido uma atividade bastante polêmica e alvo de bastante críticas, principalmente nas esferas públicas, pois o assunto é cercado de absurdos, preconceitos, distorção e manipulação de informações, principalmente devido a inculcação de valores e comportamentos considerados adequados e que são balizados sobretudo por uma moral cristã e partidária, e que muitas vezes utilizam destes discursos para justificar a discriminação e segregação de pessoas que não se encaixam no padrão de comportamento imposto. O que se pretende com o estudo de gênero é utilização deste como uma ferramenta

teórica possibilitando a desconstrução de que o sexo biológico ou a anatomia do corpo são fatores que definem identidades sexuais ou papéis de gênero (natureza/cultura), e sim que através da cultura, das relações sociais e das experiências os indivíduos vão constituindo suas identidades, subjetividades e expressando-se através de diversas representações do que é masculino ou feminino, SCOTT aponta que:

[...]Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT,1995, p.28)

Dessa forma, podemos considerar que a noção de ser homem ou mulher é fruto de um processo contínuo e inacabado, e que mesmo quando parece completo, é passível de mudanças.

Desde muito cedo somos frequentemente incentivados a pensar dentro de uma lógica de oposição (masculino/feminino). Antes mesmo do nascimento, a expectativa de como devemos nos vestir já é decidido com base no sexo biológico, por exemplo, culturalmente não só no caso do Brasil, mas em outros países, meninos vestem azul e meninas vestem rosa, os meninos são mais inquietos e as meninas são mais comportadas. Dessa forma, ao longo do desenvolvimento dos indivíduos frequentemente são inculcados valores, comportamentos, daquilo que é considerado natural para cada gênero/sexo, não somente através das famílias, mas também em outros espaços que são atravessados pelos gêneros e pela sexualidade, como nas instituições de ensino, nas igrejas e em vários outros ambientes, afinal o gênero e a sexualidade dos indivíduos atravessam todos os espaços, uma vez que se constituem através das relações e que também são constituintes desses espaços.

As demarcações de espaços masculinos e femininos desde os primeiros anos escolares vão se constituindo através das interações entre alunos e alunas, principalmente através de brinquedos ou brincadeiras, como por exemplo, as “brincadeiras de meninos” geralmente envolvem atividades que envolvem a força física como futebol, policial e ladrão ou de lutas, já as “brincadeiras de meninas” sempre estão voltadas a atividades ligadas a delicadeza e a maternidade, como brincar de casinha, de boneca, de professora, etc. Porém, nos anos iniciais as fronteiras destes espaços são frequentemente transgredidas, pois as crianças ainda não tem noção das constructos impostos principalmente pelos pais e pelas instituições de, do que é adequado ou não para cada gênero. FINCO (2003) afirma que “Esses meninos e meninas

ainda não possuem o sexismo da forma como ele está disseminado na cultura construída pelo adulto: as crianças vão aprendendo a oposição e a hierarquia dos sexos ao longo do tempo que permanecem na escola”, dessa forma, os pais, a escola de certa forma vão moldando a expressão de gênero das crianças.

A escola, principalmente nos anos iniciais, por ser um dos primeiros espaços socioculturais em que os alunos passam a ter contato com outras pessoas, outras realidades, vão estabelecendo ao longo do seu desenvolvimento as suas preferências, a forma de agir, a forma de ver o outro, utilizando como baliza a forte concepção polarizada de gênero, onde existe uma única forma de masculinidade ou de feminilidade, e os alunos que fogem da lógica dessa hegemonia, passam a sofrer discriminações e serem vistos como pessoas transgressoras ou “anormais”.

O cotidiano escolar assim como qualquer outro espaço de socialização demarca atividades, comportamentos e posturas consideradas “coisas de meninos” e “coisa de meninas”. LOURO (1997) observa que “Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos”, contudo, os alunos que não se enquadram dentro dessas categorizações acabam segregados e sofrendo um contínuo processo de exclusão e de não-identificação com aquele espaço.

Conforme citado na introdução do presente artigo, a pesquisa realizada pela Secretaria de Educação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sobre o ambiente escolar mostrou que 72,6 % dos 1006 estudantes entrevistados com idade entre 13 e 21 anos foram agredidos verbalmente em virtude de suas orientações sexuais, identidade de gênero, expressão de gênero e raça/etnia. Nessa perspectiva podemos pensar a linguagem como um mecanismo eficaz na criação de desigualdades, de discriminação e da imposição de comportamentos normativos, na fala de um dos alunos entrevistadas ela afirma que:

No colégio reinava o machismo, a misoginia, a lgbtphobia e a gordofobia. Qualquer fuga do estereótipo padrão de gênero, sexualidade ou/e beleza era motivo de “piadas”. Não ocorreram agressões físicas, porém as verbais eram diárias. O pior de tudo é que as agressões mais graves vinham dos professores. O de história desrespeitava identidades de gênero ou sexualidade (que não se adequassem à heteronormatividade), as quais o mesmo não sabia diferenciar. Chamava mulheres “masculinizadas” “de machorra”, fazia comentários hipersexualizando mulheres e fazia discurso de ódio disfarçado contra lgbts. Mas o grande pesadelo era o professor de matemática, fui perseguido pelo mesmo após reclamar à direção sobre seus discursos de ódio contra lgbts (dizendo que “traveção” tinha que apanhar até virar homem, que os gays impunham seu estilo de vida demoníaco, etc.), e suas “piadas”

sobre violência doméstica. Além de me perseguir em sala de aula, ameaçou bater se encontrasse na rua. (Depoimento de um estudante gay, 16 anos, estado do Paraná).

Contudo, vale ressaltar que a instituição de ensino ou os professores também podem contribuir de outras formas para a manutenção da escola enquanto um ambiente hostil e discriminatório, por exemplo, através do silêncio e da negação, ou seja, a escola na maioria dos casos ignora a diversidade de gênero e sexualidade que constitui o seu espaço, principalmente com o intuito de manter ou defender “a boa ordem das coisas” através da omissão. LOURO (1997) aponta que “Aqui o silenciamento – a ausência de da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. Nesse sentido, o silêncio acaba reforçando as desigualdades e impondo aos considerados “diferentes” que eles devem se adaptar à norma, o que se torna uma contradição se levarmos em consideração a Lei Nº13.185/2015 (Lei de Combate ao Bullying) que em seu Art. 5º profere que “É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying), ou até mesmo com a LDB que propõe o preparo do educando para o seu exercício da cidadania e tem como um de seus princípios respeito a liberdade e apreço a tolerância.

O impacto causado pelo não posicionamento das instituições acerca de discriminações ou intolerâncias, acarretam enormes consequências para os alunos, principalmente no que diz respeito ao processo de aprendizagem, de rendimento e de permanência na escola. O relatório da ABGLT aponta que 31,7% dos alunos faltaram a instituição pelo menos uma vez no último mês, uma aluna do estado do Ceará relata que:

Minhas aulas este ano já começaram e só fui 3 dias. Bom, durante esses únicos 3 dias que fui sofri bullying, assédio, xingamento e brincadeira de mau gosto. Tentei me juntar a um menino popular pra ver se conseguia sofrer menos. Bom, eu consegui, mas não adianta de nada porque ainda sim olham pra mim como se fosse um E.T., como se fosse um estranho. Tento desmentir minha sexualidade porque se já sofro bullying sem assumir, imagina se assumisse. Minha mãe tenta me fazer ir pra escola, mas não adianta. Penso em até suicídio, mas ela tenta me dar forças (...).

Dados coletados através da pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Porque frequentam?” (2015) aponta que 19,3% dos alunos não gostariam de ter como colegas de classe homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis, sendo o maior número de rejeição oriundo de alunos do ensino médio. Podemos levar em consideração esse número mais elevado no ensino médio tendo em conta estes alunos de certa forma estão mais moldados culturalmente e socialmente do que alunos do ensino infantil e fundamental,

podemos refletir sobre essa hipótese através do trabalho de FINCO (2003, p.95), no qual aponta que, “Porém, ao observar as relações entre as crianças, foi possível levantar a hipótese de que os estereótipos dos papéis sexuais, os comportamentos pré-determinados, os preconceitos e discriminações são construções culturais, que existem nas relações dos adultos, mas ainda não conseguiram contaminar totalmente a cultura da criança”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de vários avanços nos estudos sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico, o assunto ainda é cercado por diversos mitos e tabus e de difícil transposição para o contexto escolar básico, uma vez que o debate mais aproximado sobre o assunto se dá através das aulas de ciências ou biologia, nas quais o estudo limita-se basicamente aos sistemas reprodutores e as características anatômicas de cada sexo, o que contribui ainda mais com uma visão dicotômica e determinista de masculino e feminino.

É crucial que a escola seja capaz de propor uma abordagem que consiga ir além de essencialismos, na qual expectativas de orientação sexual e expressão de gênero para homens e mulheres são definidas através de seus corpos sexuados, afinal, a escola é um dos espaços que além da educação formal, tem como um de seus propósitos a preparação dos alunos para a prática social e a formação cidadã que tenha apreço à liberdade e a tolerância, ou seja, formar pessoas aptas a lidar com a diversidade cultural, religiosa, racial, sexual, etc.

É preciso possibilitar aos alunos a reflexão de como as noções de masculinidade e de feminilidade, de ser homem ou mulher são socialmente construídas ao longo do tempo e de acordo com o momento ou contexto histórico, principalmente num período no qual as normas são ditadas através do que TREVISAN (2018) classifica como as três medusas do nosso tempo: a religião, a mídia e a ciência. Silenciar debates a respeito destas questões se torna uma forma de ignorar a diversidade que constitui o espaço escolar e de contribuir com a manutenção da desigualdade e de discriminação.

Considerar a diversidade presente no contexto escolar não significa apenas reconhecer que as diferenças existem e que constituem o seu espaço, mas sim garantir que todos sejam aceitos, respeitados e que tenham liberdade de expressão, uma vez que existe a possibilidade de uma suposta “aceitação” desde que os alunos não transgridam as fronteiras do gênero, ou seja, desde que se enquadrem dentro da norma de comportamento desejável para cada sexo, “A tolerância só vai até o limite de que o indivíduo homossexual não se organize, não proteste coletivamente, já que não levanto uma bandeira pra dizer eu sou hétero, indicando que não há

reconhecimento de dores e discriminações que embasam movimentos sociais, como o LGBT” (ABRAMOVAY;CASTRO e WAISELFISZ, 2015, p.176).

Desnaturalizar os binarismos de gênero e sexualidade impostos como possibilidades únicas é um grande desafio, principalmente para a escola por possuir no seu espaço uma diversidade de sujeitos, diferentes concepções e visões de mundo, porém, se torna necessário o pensar gênero para que se possa garantir o direito a educação e de acesso e permanência de todos na escola. O intuito de abordar essas questões em sala de aula é justamente de pensar a normatização do que é considerado adequado ou normal para cada gênero como um problema que afeta a todos, e não apenas alunos LGBTs, pois a hegemonização da masculinidade e da feminilidade se torna um mecanismo que vigia as fronteiras do gênero, ou seja, qualquer que seja a pessoa que fuja do padrão binário e cristalizado de gênero ou que adote atitudes, comportamentos ou papéis sociais considerados do gênero oposto sofrem e tem a sua identidade enquanto indivíduo/a, homem ou mulher colocada em questão. Nesse sentido, ocorre o que se chama de “homofobia geral”, ou seja:

[...] a homofobia geral nada é além de uma manifestação do sexismo, ou seja, da discriminação de pessoas em razão de seu sexo (macho/fêmea) e, mais particularmente, de seu gênero (feminino/masculino). Essa forma de homofobia é definida como "a discriminação contra as pessoas que mostram, ou às quais são atribuídas, determinadas qualidades (ou defeitos) imputadas ao outro gênero" (BORRILLO, 2010, p.30)

Dessa forma trazer a discussão sobre o assunto é de suma importância, devido a necessidade de tornar o ambiente escolar um espaço no qual todos tenham condições iguais de acesso a aprendizagem e de permanência na escola, livres de discriminação ou exclusão. É necessário então trazer à tona a reflexão e posteriormente a desconstrução daquilo que tomamos como natural, afinal se o sexo biológico fosse um dos fatores determinantes de comportamentos, atitudes ou preferências o que justificaria as diferentes formas de representação e vivência de masculino/feminino ou homem/mulher ao redor do mundo? Como afirma LOURO (2008) a diferença não é natural, mas sim naturalizada.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, M., CASTRO M. G., & WAISELFISZ, J. J. (2015). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Brasília-DF: MEC.

BORRILLO, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BRASIL. (Dez de 1996). Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*.

BRASIL. (Nov de 2015). Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. *Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*.

Educação, A. -S. (2016). *Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educaional no Brasil 2016*. Curitiba-PR: Imprensa da Universidade Federal do Paraná.

FINCO, D. (2003). *Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil*. Pro-Posições, 89-101.

LOURO, G. L. (1977). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Vozes.

LOURO, G. L. (2008). *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições, 17-22.

MARCONI, M. d., & LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5º ed.). São Paulo-SP: Atlas.

SCOTT, J. (1995). *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, 71-99.

TREVISAN, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4º ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.